

RESTAURAÇÃO DO PALÁCIO

SOBRE A RESTAURAÇÃO DO PALÁCIO DO MPRS



Em 1998, o Poder Executivo passou a posse do antigo Palácio Provisório para o Ministério Público. Em 1999, começaram os estudos para a elaboração do projeto de restauração. As obras iniciaram em 2000 e reinauguração ocorreu em dezembro de 2002.

A restauração do Palácio foi coordenada pela Arquiteta Ediolanda Liedke, exfuncionária do setor de Patrimônio Histórico da Secretaria de Obras, com especialização na França e Alemanha.

O prédio encontrava-se totalmente deteriorado. A quase totalidade de suas partes de madeira estava comprometida, apodrecida ou tomada por cupins. No topo da torre havia uma figueira, cujas raízes desciam pelas paredes até o andar de baixo. Havia um ninho com centenas de morcegos na estrutura do prédio.



A arquiteta após verificar a situação em que se encontrava o prédio, procurou identificar suas partes originais e as diferentes modificações pelas quais o prédio passou ao longo dos séculos, incluindo os diferentes materiais e sistemas construtivos utilizados. Não foi encontrada planta da edificação. Foram utilizadas fontes como relatórios da Secretaria de Obras Públicas para pesquisar reformas feitas no Palácio.

Assim, constatou-se a utilização tanto de alvenaria de tijolos rebocados – nas paredes externas – e estuque (madeira e barro) nas paredes internas, quanto de lages em tijolo armado, em forma de abobadilhos, com vigotas metálicas (final do século XIX, início do século XX). Foi decidido não retornar ao projeto original com dois torreões (concluído em 1871), mas manter a estrutura estabelecida nas reformas de 1894 (ala sul) e 1899 (3° piso e um torreão).

Nas Antigas Cocheiras, na sala dos coches em forma quadrangular, construída em 1906 se encontra uma estrutura arrojada. A laje de cobertura desta sala dá origem ao terraço e é formada por um anel de aço central suspenso por barras de aço apoiadas em uma viga de perfil duplo "T" e tensionado por tirantes em posição diagonal fixados nesta mesma viga. Este anel central recebe quatro perfis de aço duplo "T" secundários, em sentido ortogonal às paredes e centrais às dimensões da sala, e quatro principais, de maior seção que os anteriores, em sentido diagonal partindo dos quatro cantos da sala. Todos estes perfis possuem a outra extremidade apoiada nas paredes. Os perfis principais recebem cinco outros perfis secundários em cada lateral, equidistantes e paralelos aos perfis secundários centrais. Os espaços entre os perfis é preenchido por tijolos em compressão formando pequenos arcos pela face inferior da laje. A face superior é regularizada com argamassa, nivelando de forma homogênea o piso do terraço.

As inúmeras "divisões internas" e "banheiros" – criados para acomodar as diferentes repartições públicas, ao longo dos anos – foram desconsiderados e eliminados. Os espaços internos foram adequados a suas novas funções. Os arcos existentes no subsolo (que estavam escondidos) foram recuperados e expostos. Os elementos de decoração (poucos) foram recuperados ou refeitos. Sua iluminação original não pode ser retomada, pois ao ser construído o prédio, ainda não existia iluminação elétrica. Algumas vigas de madeira puderam ser reaproveitadas.

Outras, com as extremidades podres, foram emendadas com pedaços aproveitáveis de outras vigas e reforçadas com peças de ferro. Alguns pisos originais puderam ser reaproveitados. Sempre que necessário, foram abertas "janelas" para se observar as estruturas originais. Da mesma forma, não foi colocado reboco em diversos espaços, para permitir a visualização da contextura material de suas estruturas.

O elevador original – um dos mais antigos de Porto Alegre e com interior de madeira - foi restaurado e teve a sua máquina trocada. Nas cocheiras, foram mantidas nas paredes as argolas que serviam para amarrar os cavalos. A nova estrutura vertical colocada ao centro do "U" do prédio - com escada de acesso, elevador e banheiros - foi feita com materiais contemporâneos e toda envidraçada, para deixar claro que não compõe a edificação original. A restauração procurou, assim, manter o equilíbrio entre a "restauração" e a "recuperação do prédio para um novo uso", o que é o mais indicado para um prédio que não chega a ser um exemplar ímpar de arquitetura, mas um exemplar arquitetônico antigo, com uma importante história.



M E M O R I A L



DO MINISTÉRIO P Ú B L I C O